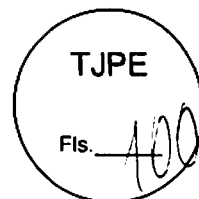




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 4947-64.2014.8.17.0000 (334925-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: BRADESCO SAÚDE S/A

AGRAVADO: JOSÉ CARLOS BATISTA DOS SANTOS

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA MOTORA. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE MULTA DIÁRIA. PROPORCIONALIDADE NO CASO CONCRETO. NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PARA 05 (CINCO) DIAS. INCIDÊNCIA DO ART. 461, §§4º E 6º, DO CPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

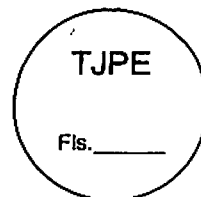
- Autor/Agravado que ingressou em juízo com o intuito de obrigar a operadora de saúde ora Recorrente, com quem mantém contrato de assistência médico-hospitalar, a autorizar tratamento de fisioterapia motora de enfermidade que teria sido negado na seara administrativa. Fato suficiente para manutenção do valor da multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) fixada no 1º Grau, pois considerando o objeto da demanda, e a urgência que o caso requer, o *quantum* arbitrado é proporcional no caso concreto.

- Valor da multa diária que deve ser mantido, pois se esta tem por objetivo forçar o devedor recalcitrante a cumprir sua obrigação, não há como reduzi-la - e muito menos limitá-la ou excluí-la - sem cair em contradição, pois premiaria eventual contumácia do Agravante, cabendo-lhe, se for o caso, optar por cumprir a determinação judicial para afastar a sua incidência.

- Necessidade de ampliação do prazo para cumprimento da decisão, pois o MM. Juiz *a quo* determinou que esta ocorresse em 48 (quarenta e oito) horas. Incidência do art. 461, §6º, do CPC, que permite ao magistrado modificar o valor e a periodicidade da multa diária prevista em seu §4º.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



- Ampliação do prazo para 05 (cinco) dias, lapso temporal suficiente para adoção das medidas determinadas através da decisão judicial.
- Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D ã O

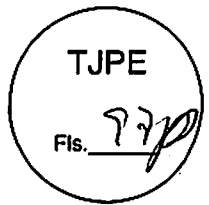
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as nominadas acima, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Desembargador Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 4947-64.2014.8.17.0000 (334925-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: BRADESCO SAÚDE S/A
AGRAVADO: JOSÉ CARLOS BATISTA DOS SANTOS

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão interlocutória (fls. 57/27v) proferida em "ação sumária de obrigação de fazer" (fls. 40v/51v) ajuizada pelo Agravado.

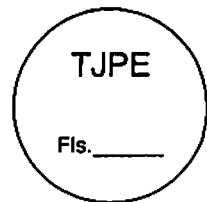
Na decisão em comento, o i. togado monocrático determinou que o Recorrente "autorize o tratamento da FISIOTERAPIA MOTORA cód. 20103484 no autor, no prazo de 48 horas, sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)".

Em suas razões recursais (fls. 02/16), o Agravante se opõe unicamente contra as alegadas (i) ausência de razoabilidade e proporcionalidade do valor das astreintes arbitradas no 1º Grau; e (ii) exiguidade do prazo determinado na decisão agravada para cumprimento da obrigação que lhe foi imposta.

Destarte, requer a concessão de efeito suspensivo para dilação do prazo para cumprimento da decisão, bem como a redução da multa diária para patamares razoáveis, com a confirmação quando do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Custas devidamente recolhidas (fls. 79).

Através da decisão interlocutória de fls. 90/91v, concedi *parcialmente o efeito suspensivo*, unicamente para ampliar o prazo de cumprimento da medida para 05 (cinco) dias, contados da ciência da decisão agravada, mantendo-a em seus demais termos.

Intimado para apresentar contrarrazões, o Agravado deixou o prazo transcorrer *in albis* (cf. certidão de fls. 94).

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta sem revisão.

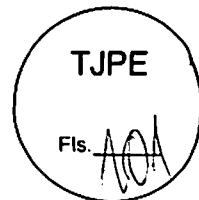
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



M

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 4947-64.2014.8.17.0000 (334925-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: BRADESCO SAÚDE S/A

AGRAVADO: JOSÉ CARLOS BATISTA DOS SANTOS

732

V O T O

Sabe-se que as astreintes devem ser fixadas tendo como escopo a sua função essencial, qual seja, a de forçar o cumprimento da obrigação de fazer.

Assim, não deve este instrumento processual servir de meio ao enriquecimento sem causa, porquanto não é esse o objetivo buscado pela norma estatuída no art. 461, §4º, do CPC¹, devendo ser imposta em valor razoável que possa atender ao critério da proporcionalidade, evitando-se quantia ínfima ou excessiva.

No caso dos autos, verifica-se que o Autor/Agravado ingressou em juízo com o intuito de obrigar a operadora de saúde ora Recorrente, com quem mantém contrato de assistência médico-hospitalar, a autorizar tratamento de fisioterapia motora de enfermidade denominada "epicondilite lateral crônica do cotovelo direito" (fls. 51) – que teria sido negado na seara administrativa.

¹ Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (...) §4º. O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Tal fato, por si só, é suficiente para manutenção do valor da multa de R\$10.000,00 (dez mil reais) fixada no 1º Grau, pois considerando o objeto da demanda, e a urgência que o caso requer, o *quantum* arbitrado é *proporcional* no caso concreto.

Por tais motivos, o valor da multa diária deve ser mantido, pois se esta tem por objetivo forçar o devedor recalcitrante a cumprir sua obrigação, não há como reduzi-la - e muito menos limitá-la ou excluí-la - nesta hipótese sem cair em contradição.

Isto porque a conclusão inafastável que se retira de todo o contexto fático é que a redução da multa, neste caso, premiaria eventual contumácia do Agravante, cabendo-lhe, se for o caso, optar por cumprir a determinação judicial para afastar a sua incidência - até porque afirma expressamente em sua peça recursal "*que sempre honrou e continuará honrando com seus compromissos de maneira inquestionável e pontual*" (fls. 09).

Melhor sorte assiste ao Agravante no que tange à necessidade de fixação de prazo razoável para cumprimento da decisão, pois o MM. Juiz *a quo* determinou que esta ocorresse em 48 (quarenta e oito) horas.

Portanto, considerando que o comando do art. 461, §6º permite ao magistrado modificar o valor e a periodicidade da multa diária prevista em seu §4º, é possível, igualmente, fixar prazo razoável para cumprimento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



4

Assim, se a decisão ora recorrida estabeleceu um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento da obrigação, por uma questão de coerência com outros julgados de minha lavra², e considerando a similitude da situação fática, reputo necessário ampliá-lo para 05 (cinco) dias - lapso temporal razoável e suficiente para adoção das medidas determinadas através da decisão judicial.

Em assim sendo, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, unicamente para ampliar o prazo de cumprimento da medida para 05 (cinco) dias**, contados da ciência da decisão agravada, mantendo-a em seus demais termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

² A exemplo do acórdão proferido no Agravo de Instrumento 13293-38.2013.8.17.0000 (321908-7), DJe 03/02/2014.